



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
FORTALEZA**

**GABINETE DO VEREADOR PEDRO MATOS**

**EMENDA ADITIVA Nº. \_\_\_\_\_**

**-0011/2025**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 0266/2025**

**INCLUI ARTIGO AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº  
0266/2025, ORIUNDO DA MENSAGEM Nº. 16/2025,  
NA FORMA QUE INDICA.**

A Câmara Municipal de Fortaleza aprova:

**Art. 1º.** Fica acrescentado o artigo ao Projeto de Lei Ordinária 0266/2025, que vigora com a seguinte redação:

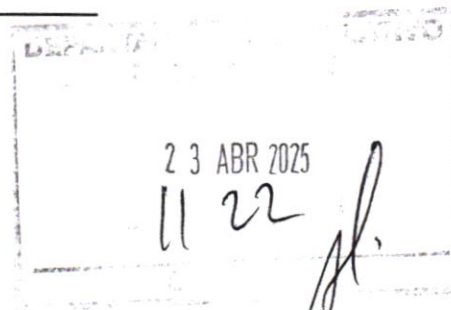
**Art.** A abertura de créditos adicionais especiais, suplementares ou extraordinários que impliquem na reprogramação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei dependerá de prévia e específica autorização da Câmara Municipal de Fortaleza, conforme disposto no art. 167, inciso V, da Constituição Federal, e na Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

**Ao DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 23 de**  
**\_\_\_\_\_ de 2025.**

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature: Pedro UCO]*

**PEDRO MATOS**  
VEREADOR - AVANTE



Rua Thompson Bulcão, nº. 830 - Patriolino Ribeiro  
CEP: 60.810-460 - Fortaleza/CE  
Gabinete 04 - Fone: (85) 3444-8311



## GABINETE DO VEREADOR PEDRO MATOS

### JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo garantir a observância da competência do Poder Legislativo Municipal no que se refere à autorização para abertura de créditos adicionais – especiais, suplementares ou extraordinários – que impliquem em alteração da programação orçamentária dos recursos oriundos da operação de crédito ora autorizada.

A Constituição Federal, em seu art. 167, inciso V, dispõe que “a abertura de crédito suplementar ou especial depende de prévia autorização legislativa e de indicação dos recursos correspondentes”. Tal regra é reproduzida também pela Lei Orgânica do Município de Fortaleza, que assim estabelece:

**Art. 138.** Nenhum crédito suplementar ou especial será aberto sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Dessa forma, a emenda reafirma o papel da Câmara Municipal de Fortaleza como instância autorizadora e fiscalizadora da execução orçamentária do Município, conforme previsto no ordenamento jurídico vigente.

Trata-se, portanto, de medida necessária para assegurar o respeito à legalidade, à separação de poderes e à harmonia institucional entre os Poderes Executivo e Legislativo no âmbito municipal.

---

**PEDRO MATOS**  
VEREADOR – AVANTE